



ACTA Nº 12/2005

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2005
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 29 DE DEZEMBRO DE 2005

-----No dia 29 de Dezembro de 2005, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Dezembro de 2005 da mesma Assembleia, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 27 de Dezembro, e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2006 (Continuação);***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação da Proposta de lançamento de derrama relativa ao exercício de 2005 para cobrança em 2006;***
- **PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo a Longo Prazo – até ao montante de 1 900 550 Euros – Financiamento do Projecto de Construção do Pavilhão e Piscinas Municipal;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Lagos;***
- **PONTO 6 - *Apreciação e votação da Proposta de alteração ao Regulamento de Águas Residuais Domésticas do Município de Lagos;***
- **PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos do Município de Lagos;***
- **PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo e de Investigação do Município de Lagos;***



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 92v.

➤ **PONTO 9 - *Apreciação das deliberações da Assembleia da Juventude.***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quorum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel António Campôa Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

CDU

José Manuel da Glória Freire de Oliveira

Fl. 93

CDU

Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PSD	Fernando Ramos Bernardo
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE**:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Joaquim Pedro Martins P. Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)	Solicitou substituição para o dia 29/12/2005, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/02, de 11/01.
PS	Manuel António Campôa Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Substituto legal, designado pelo Sr. Presidente de Junta de Freguesia de S. Sebastião.

-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2006 (CONTINUAÇÃO)**: O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou para quando a elaboração do Plano Municipal de Turismo e para quando a conclusão das obras do parque escolar do Bairro Operário.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**: Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	20.49

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que as explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara sobre este Plano e Orçamento reflectiam a ideia do Sr. Presidente da Câmara sobre o que deve ser o orçamento da cidade, mas a política económica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

subjacente a este orçamento implica o aumento do IMI, das taxas municipais, ou seja, uma sobrecarga dos cidadãos o que traz uma grande preocupação ao PSD.

Fl. 93v.

Perguntou se, ao continuar com orçamentos desta natureza, não irá ser criada na cidade de Lagos uma situação insustentável, tanto mais que se tiverem em conta os índices deste ano Lagos, foi a pior cidade do Algarve em relação a ocupação turística e o município tem responsabilidade em relação à gestão de imagem da cidade. Disse que não via neste documento apresentado pela Câmara Municipal, uma política económica que faça querer que a cidade de Lagos possa tomar o rumo certo. Perguntou que benefícios iria trazer este Plano e Orçamento à cidade.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PSD	Fernando Ramos Bernardo	20.50

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que o Sr. Presidente da Câmara não gosta de ouvir uma crítica construtiva. Reafirmou que, obviamente, não quer que o Presidente da Câmara organize a actividade económica do município, mas que organize a da Câmara o melhor possível é o desejo de todos. Disse que esperava que a Câmara tivesse um papel de charneira, já que não cabe à autarquia ter um papel de organização das empresas, mas sim de facilitação, tanto mais que sem uma economia forte, moderna, não há riqueza nas pessoas. Esclareceu que pretende colaborar com a autarquia e não dificultar o trabalho.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o Plano Municipal de Turismo integra o Plano Estratégico de Lagos e muito em breve irá ser objecto de discussão. Sobre as obras no complexo escolar do Bairro Operário disse que estão previstas uma verba para 2006, que será para o projecto, e outra verba para 2007. Sobre a intervenção do PSD disse que foram misturadas muitas coisas que não têm nada a ver com o Plano e Orçamento em discussão, lamentando que o PSD não tenha contribuído, na altura certa, para a elaboração do Plano. Disse que as diversas acções que estão no Plano constituem mais valias para o Concelho e que aceitava com a maior consideração e respeito as críticas do Sr. Eduardo Santana, mas que por vezes tem dificuldade em compreender as mesmas, reiterando que a função económica não é exercida pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o seu contributo para a elaboração do Plano não se verificou por motivo de tempo, uma vez que os prazos foram curtos. Sobre a economia política disse que, apesar da Câmara Municipal não ter uma função económica, interfere no mercado económico através de, entre outras coisas, o lançamento de uma derrama e a criação de uma zona industrial. Disse que o município não tem só uma actividade reguladora, deve servir como uma bússola, ou seja como orientador das actividades económicas e garantir o seu desenvolvimento, afirmando que uma empresa tem mais vantagens em se fixar no concelho da Vila do Bispo do que no de Lagos.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 94

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.16

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) sugeriu que era importante criar-se um fórum onde se pudesse discutir o conceito de função económica. concordando que a Câmara não visa o lucro é da opinião que o equilíbrio das contas da Câmara é medido em função do bem estar social dos seus munícipes e daquilo que faz por eles, mas aceita divergência de opinião.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que da discussão feita parece que o Orçamento e o Plano são só o IMI e a Derrama. Recorda que ao longo dos anos têm sido lançadas algumas derramas e já nessas alturas existia a economia por isso perguntou se foram essas derramas que fizeram os empresários abandonarem a cidade de Lagos. Àqueles que têm dito que este Plano é uma continuidade, responde que acha muito bem que seja a continuidade do trabalho que tem vindo a ser realizado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Plano não vai ter cem por cento de execução. Reconhece que os subsídios são importantes mas considera que não é a maneira mais correcta de ver uma Câmara Municipal. Referiu que para o PSD era importante saber qual é a verdade no Orçamento apresentado, o que é que vai ser executado, do que é que estão a falar e até à data isso não foi dito. Terminou dizendo que é muito bonito falar em obras, mas essas não vão ser feitas todas em 2006.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que tinha gostado da maneira como o Sr. Paulo Jorge tinha defendido o Orçamento da Câmara e esclarece que a questão da execução orçamental é um terreno pantanoso, porque nunca ninguém consegue cumprir um orçamento. Terminou dizendo que estava a gostar da discussão em torno deste assunto, uma vez que a mesma estava elevada e esperava que, de futuro, assuntos importantes como este, seguissem o mesmo caminho.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que os Membros da Assembleia Municipal não são políticos profissionais e os tempos dados para análise de documentação são curtos. Informou que o PSD não deu contributos para este Plano e Orçamento por indisponibilidade; recordando que da última vez que deram um contributo para o Plano foi aceite o Plano de Circulação e Estacionamento e até hoje nada foi feito em relação a esse assunto. Disse que o PSD também se revê em algumas das situações colocadas em Plano, como por exemplo, a questão das tarifas diferenciadas para as famílias numerosas e carenciadas. Em relação à execução do orçamento disse que era bom que todos os anos fosse cumprido com maior rigor aquilo com que se comprometem. Pediu que a Câmara tenha uma política de modo a atrair investidores para o Concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que está de acordo com o facto da Câmara atrair investidores para o Concelho, esclarecendo que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Câmara quando desenvolve as atribuições que por Lei estão afectas ao município está a intervir na economia, mas não tem uma função económica, apesar da Fl. 94v.

economia ser a mola real de tudo isto. Disse que não ficava muito preocupado com a “fuga” de investidores para a Vila do Bispo, mas no entanto duvida que isso aconteça. Informou que o PSD não tinha feito um pedido de adiamento da reunião com a Câmara relacionada com o Plano e Orçamento para 2006 e até hoje não tinha ouvido o PSD dizer quais são as acções que devem ser retiradas do Plano, tanto mais. Disse que as oposições também têm responsabilidade sobre o Plano e Orçamento apresentados. Constatou que estas opções são as únicas opções possíveis, uma vez que não viu grandes críticas em relação às obras colocadas em Plano. Disse que o Executivo deve fazer sempre mais e melhor mas espera que a oposição também faça mais e melhor do que aquilo que está a fazer com a apreciação do Plano e Orçamento.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quais vão ser as obras que vai cumprir já que as obras vão continuar a ser proteladas. Terminou dizendo que não vale a pena o Sr. Presidente da Câmara estar a colocar a oposição em cheque.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, relativamente a este Ponto discutido, obviamente entre o PSD e o Plano proposto pelo Executivo existe uma divergência em termos de filosofia política. Vaticina que o ano de 2006 vai ser muito mau em termos económicos e tendo como base estes dados, veria com bons olhos a apresentação de um Orçamento de contenção por parte da Câmara Municipal, onde fosse vista uma redução das despesas, uma redução dos custos, um combate ao desperdício, ao despesismo e onde fossem reforçados determinados mecanismos para tentar reduzir despesas que não devem ser feitas. Disse que gostava de ver neste Orçamento espelhada a imagem do País, espelhadas as necessidades da economia local, que passa pelas escolas, pelas obras colocadas em Plano e por muito mais. Disse que se tivessem sido tomadas em consideração determinadas situações pelas quais o País vai passar e já passa, talvez pudessem preparar melhor os tempos difíceis que aí vêm, mas certamente que vão estar todos atentos ao que se vai passar.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que a sua opinião sobre o Plano e Orçamento foi dada durante as suas intervenções, sendo da opinião que os documentos têm lacunas e têm uma falta de controlo no capítulo da despesa. Disse que é um Orçamento que lhe parece globalmente aceitável, que revela por parte dos responsáveis da autarquia uma consciência razoável e de certa forma pragmática do que é a realidade do município. Em relação à despesa disse que a Câmara poderia fazer melhor.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que nem sempre é possível executar tudo o que está colocado no papel, por isso quando se pede que esta Câmara execute cem por cento isso seria uma utopia e constata que tinha ouvido algumas contradições nas intervenções. Seguidamente disse o seguinte: “Estamos certos que as **“Grandes Opções do Plano”** vão de encontro ao programa eleitoral que foi claramente sufragado pelos Lacobrigenses,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

nas eleições autárquicas de 9.Outubro.2005. Consideramos que o Orçamento para 2006 fará face ao Plano apresentado, e acima de tudo irá corresponder às

Fl. 95

necessidades financeiras que a autarquia se vai deparar no próximo ano. Nos valores apresentados, realçamos com agrado o equilíbrio do orçamento corrente, que ao passar de um resultado corrente (receitas correntes menos despesas correntes), de 2.807.256€ (2005) para 5.332.306€ (2006), um aumento aproximadamente de 90%, traduz uma elevada poupança corrente. Nos investimentos, em virtude dos condicionalismos económicos/financeiros existentes, julgamos que os projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) estão de acordo, por um lado, com as necessidades da população, e por outro, lançam os alicerces para o crescimento/desenvolvimento do nosso concelho, demarcando-o da normalidade encontrada na maioria dos destinos turísticos (*Sol e Praias Maravilhosas unicamente, não chegam para atrair os turistas cada vez mais exigentes*). Assim louvamos: Por um lado a Acção-Social: - Construção da nova Escola de Santa-Maria; - Programa Especial de Reordenamento das redes escolares do 1º Ciclo e Pré-Escolar; - Construção do Lar de Idosos de Barão de São-João; - Entre outros. Por outro o Reordenamento do Território, Acções Culturais, Recreativas, Religiosas e Desportivas. - Renovação Urbana – Zonas de Planos Pormenor (Espiche, Sargaçal, Bensafrim, Barão de São-João e Odiáxere); - Renovação Urbana da Cidade de Lagos; - Projectos POLIS – Requalificação da Frente Ribeirinha, Qualificação da Zona Envolvente às Muralhas e Renovação Urbana da Cidade no Núcleo Primitivo; - Oficina da Ciência Viva – Centro de Tecnologias Avançadas; - Remodelação da Igreja da Nossa Senhora do Carmo; - Fórum dos Descobrimentos; - Requalificação do Parque das Freiras; - Zona Desportiva – Conclusão do Pavilhão e da Piscina; - Entre outros. **Face ao exposto os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal decidem votar favoravelmente “As Grandes Opções do Plano” e o “Orçamento para 2006”.**”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que estes documentos reflectem o documento “borrão” que foi dado a conhecer aquando da reunião com a Câmara ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição e em que tinha deixado um documento com um conjunto de opiniões sobre o mesmo. Reconhece que há um conjunto de obras e de acções com as quais concordam inteiramente, apesar de algumas se arrastarem há vários anos, mas também há outro conjunto de matérias que deveriam levar em conta a situação actual como a obra da frente ribeirinha e o rebaixamento da Gafaria. Disse que era importante um plano de conhecimento público sobre a redução das despesas correntes.-----

-----Posto isto foram submetidas à votação, as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – P.P.I.) PARA O ANO 2006**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	7	2	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 95v.

-----Assim foram aprovadas, por maioria, as Grandes Opções do Plano para o ano 2006 e anexo: - Mapa de Repartição de Encargos;-----

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2006**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	1	17
ABSTENÇÕES	0	7	2	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim foi aprovado, por maioria, o Orçamento da Câmara Municipal de Lagos para o ano 2006.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Joaquim Reis (PSD): “De acordo com a actuação a que este Executivo nos vem habituando e tal como aconteceu no ano que agora termina, trata-se de um Plano e Orçamento virtuais, porque é abismal a distância entre a ilusão dos números e a garantia efectiva do investimento previsto. Duvidamos que a Câmara Municipal de Lagos consiga capacidade financeira suficiente, para fazer face a um plano como este, sem que se tomem medidas sérias e eficazes com vista a reduzir de um modo significativo a despesa corrente. O que nos parece não ser o caso, pois o que temos para 2006, é um Orçamento que prevê um aumento da mesma em cerca de 7 milhões de euros. O Orçamento para 2006 é elucidativo quanto à certeza na continuação do despesismo e no agravamento da situação financeira dos cidadãos e do tecido empresarial local, com as nefastas consequências que tais factos acarretam para a já fragilizada economia do nosso concelho. Mais uma vez, a promessa da entrada em vigor dos principais Instrumentos de Ordenamento e Planeamento do Território Municipais, o que só vem comprovar a total incapacidade política demonstrada por este Executivo para resolver, em tempo útil, a questão central para o futuro do desenvolvimento sustentado do nosso concelho. Esperamos que este ano se cumpra tal promessa, pois têm vindo a verificar golpes fatais, num já longo percurso de construção, de um concelho territorialmente ordenado. Enfim, um Plano e Orçamento que procura disfarçar a enorme factura que a Câmara Municipal de Lagos tem para pagar depois de um ano eleitoralista. Os Membros do PSD na Assembleia Municipal continuam, tal como sempre o fizeram, a não se comprometerem com o que sabem que não é para cumprir, pelo que, se **ABSTÊM** e esperam que o Executivo Municipal prove que é possível levar por diante aquilo que agora apresenta, sem que a rotura financeira da Câmara Municipal de Lagos seja inevitável.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Os motivos que me levaram a votar favoravelmente os documentos que acabamos de votar tem a ver com o pragmatismo que é necessário ter em relação à gestão municipal e tem a ver também com o facto de, sem haver propostas objectivas que obedeçam a critérios necessários e justos para a gestão municipal, não vale a pena nós estarmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

sempre a votar contra, ou estarmos a abster-nos, quando efectivamente as opções são quase nulas ou não existem. Por isso e porque eu entendo que, globalmente, este

Fl. 96

documento é positivo, embora tenha três ou quatro graves falhas na sua feitura, eu votei favoravelmente.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “A declaração de voto do PS é a intervenção por mim feita antes das votações.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “Face aos documentos apresentados pela Câmara Municipal a esta Assembleia, a CDU manifesta a seguinte opinião: No geral a CDU concorda com as grandes linhas de desenvolvimento estratégico enunciadas, partindo do princípio de que se trata de uma mera listagem e que a posição de cada uma das acções é aleatória, não correspondendo a uma graduação entre elas. De outra forma a C.D.U. não compreenderia que, novamente, a construção do novo Edifício para os Serviços Municipais se encontrasse enunciada, mais uma vez, em último lugar! Como já foi afirmado em anos anteriores, para a C.D.U. esta seria a prioridade primeira, por questões de respeito: - para com os funcionários municipais, que exercem as suas funções com manifesta falta de condições de trabalho, de segurança e de higiene, com a consequente diminuição de eficácia, aumentando o tempo de resposta aos cidadãos; - para com os munícipes, que, cada ano que passa, vêem mais dispersos os diversos departamentos e serviços municipais, que os obriga a uma peregrinação permanente de um lado para o outro, para obter um qualquer documento. **Assim gostaríamos de manifestar a nossa concordância com as seguintes obras e acções constantes nas grandes Opções do Plano para 2006, que são necessidades sentidas pelas populações do nosso Concelho e, no essencial, fazem parte dos nossos programas eleitorais desde há longos anos.** - Construção do novo Edifício para os Serviços Municipais; - Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais; - Construção do Parque Urbano envolvente às Muralhas – Programa Polis; - Construção da Escola EB+J.I. de Santa Maria; - Requalificação do Parque das Freiras (deveria começar pela cobertura do Auditório); - Instalação do Centro de Ciência Viva na Casa Fogaça; - Ampliação do Centro Cultural de Lagos com a criação da Ala de Arte Contemporânea; - Criação do Fórum dos Descobrimentos. **No entanto não podemos deixar de manifestar a nossa total discordância em relação a outras, tais como:** - Requalificação da Frente Ribeirinha – actual projecto – Programa POLIS; - Rebaixamento da Rua da Gafaria com a construção de um túnel; - Inexistência de um Plano eficaz de contenção de despesas correntes; - Falta de concretização efectiva da revisão das taxas municipais de infra-estruturas urbanísticas; - O autofinanciamento ser cada vez mais um factor de penalização para as populações (a taxa máxima do IMI, taxa máxima da derrama e o aumento das tarifas de água e de saneamento); - Verbas insignificantes para o Programa Acessibilidade para todos – acções de correcção na via pública (5 000,00 €); - Crescente aumento das despesas correntes, no capítulo da aquisição de bens e serviços, 24,96% que ultrapassa as despesas com pessoal, 24,28%; Assim, face às razões atrás expostas, os eleitos da CDU decidem Abster-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

na votação das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos – PPI) e Orçamento para o ano 2006.”-----

Fl. 96v.

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 03 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 23 minutos.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2005 PARA COBRANÇA EM 2006:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos grupos municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-418-10.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que do ponto de vista da justiça popular, não podia concordar mais com as palavras do Sr. Presidente da Câmara, aquando da sua introdução ao assunto em discussão, mas felizmente a democracia não vive de justiça popular. Disse que as empresas são constantemente chamadas a substituir o papel do Estado, através dos impostos, através do mecenato, através de donativos e a participação na comunidade é prática comum. Esclarece que as empresas pagam segurança social, pagam IRS, pagam IRC, pagam os serviços de Higiene e Segurança no Trabalho, pagam Taxas de funcionamento, pagam licenças de reclame, pagam, pagam, pagam ... e pagam bem, porque a sociedade não vive sem a cobrança de impostos. Informou que há outras Câmaras do Algarve que também têm derrama. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara onde estão os indicadores objectivos, credíveis, em como a economia vai melhorar. Disse que não é fácil proceder à deslocalização de sedes de empresas para pagarem menos IRC e que lhe custava ver a Câmara ir pedir dinheiro às empresas quando ela própria não poupa e não aceitava o facto das Câmara/empresas tenham que andar a financiar a responsabilidade do Estado. Considera também que não é justo para quem promove o emprego, para quem mantém, com a sua cota parte de responsabilidade, a vida do município a trabalhar, ser penalizado com uma derrama de 10%. A terminar disse que não concordava com o lançamento da derrama e apelou às bancadas que votassem desfavoravelmente o lançamento desta derrama, para que o Poder e os políticos que mandam neste País e nas autarquias, percebam que há uma série de pessoas que também estão preocupadas com o bem-estar social, com a saúde, com a educação, com a segurança, mas que também têm outro tipo de preocupações que têm a ver com a razoabilidade da despesa e com a facilidade da receita obtida desta maneira.---

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que periodicamente aparece uma Derrama, mas nunca em anos eleitorais. Disse que só por estarem em época natalícia é que pode compreender a questão da Câmara subsidiar o Estado na construção de uma nova Esquadra para a PSP de Lagos, considerando esta situação ilegal, tanto mais que esta questão da construção da Esquadra da PSP já se vem arrastando há longos anos. Referiu que a reprovação do lançamento desta Derrama



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

não inviabiliza o Orçamento para 2006, bastando arranjar uma outra solução para a estrada da Gafaria que já há dinheiro para a escola de Santa Maria. Disse que para
Fl. 97

além de toda a situação económica, esta derrama vai incidir sobre os mais pequenos, porque se fizessem um apelo, ao abrigo de outras iniciativas àqueles que levam maior riqueza do concelho e que cá não pagam os impostos, poderia ser outra solução, mas isto vai àqueles que são os mais pequenos no concelho. Por tudo o que foi referido a CDU vai votar contra o lançamento desta Derrama.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD não é contra as derramas, porque a derrama é um instrumento que a lei faculta aos municípios para arrecadar determinadas receitas, mas o momento em que a mesma é lançada é que não é o mais propício. Reafirma que se prevê um ano económico de 2006 muito difícil e sujeitar os empresários a mais este esforço, talvez não seja a melhor opção para a economia local. Disse que o facto da Câmara oferecer terrenos para a construção de estabelecimentos públicos ou esquadra da PSP, trata-se de relações entres dois entes públicos, Estado e Autarquia. A derrama vai interferir na esfera privada de todos os empresários que têm a sua actividade em Lagos e na sua opinião a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade sobre a construção da Esquadra da PSP, uma vez que é uma estrutura que é da responsabilidade do Governo e nunca poderá estar de acordo com o lançamento de uma derrama para este fim específico. Disse que o PS tinha votado contra, na Assembleia da República, a instalação de uma Esquadra em Lagos, não tendo percebido a mensagem do Executivo lacobrigense nas reuniões referidas pelo Sr. Presidente da Câmara entre o Governo e a Câmara Municipal de Lagos. Disse que se o Governo constrói esquadras noutros concelhos, porque é que não há de construir no nosso? Esclarece que a responsabilidade efectiva do estado actual da Esquadra da PSP em Lagos não é dos cidadãos de Lagos, nem da Câmara Municipal, nem dos empresários de Lagos, é do Governo Central e que a Câmara ao substituir-se ao Estado está a tributar duas vezes os empresários. Disse que o estado da economia tem que ser levado em conta no lançamento de uma derrama e 2006 vai ser um mau ano económico e que muitas empresas já se estão a deslocar do concelho de Lagos. Disse que se a derrama for para construir a esquadra não obedece à lei.-----

-----O Sr. Paulo Jorge (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) referiu que, do que ouviu, o PSD não está contra o lançamento da derrama mas sim contra o fim a que se destina a derrama, reconhecendo que é sempre difícil lançar a cobrança de impostos. Informou que em 2002 a Junta de Freguesia perguntou ao Governo, na altura PSD, quais tinham sido as razões para que não tivesse sido contemplada em PIDDAC, a esquadra da PSP de Lagos, tendo sido respondido que tinha sido constituída uma Comissão para analisar o facto de ser necessário ou não a construção da esquadra da PSP em Lagos, mas em 2003 verificou-se que, mais uma vez, a esquadra não tinha sido contemplada e então a Junta de Freguesia de Santa Maria perguntou quais tinham sido as conclusões da Comissão, ao que responderam “qual Comissão?”. Assim a culpa cai sobre todos. Disse que não concorda com o facto do Sr. José Manuel dizer que só os pequenos é que pagam IRC, dado que os pequenos pagam IRC à sua dimensão, se é que pagam alguma coisa. Disse que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

dinheiro desta derrama vai servir para que a Câmara proponha ao Estado uma parceria para a construção da Esquadra para a PSP. Realça que sem segurança no Fl. 97v.

concelho ninguém quer vir investir em Lagos. Esclarece ainda que a derrama não se destina só à construção da esquadra da PSP, mas também tem a vertente relacionada com o reordenamento da rede de escolas. Disse que no Alentejo existe uma série de postos da GNR que, também não sendo da responsabilidades das Câmaras, foram construídos com a ajuda das Câmara Municipais, por isso não acha que esta situação seja tão ilegal como foi referido.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que, segundo as palavras do Sr. Presidente da Câmara, o dinheiro desta derrama vai fazer com que o Estado fique “envergonhado” e avance com a construção da Esquadra, só que o Governo não tem mesmo vergonha nenhuma e isso verifica-se com as medidas que está a tomar e que vai tomar.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que, numa altura em que o índice das famílias e dos empresários é negativo, a Câmara vai lançar uma Derrama de 10%. Considera bem a Câmara fazer uma parceria com o Estado para a construção da Esquadra da PSP em Lagos, mas que essa parceria se faça com os meios financeiros da Câmara, já que a cobrança de impostos aos empresários não incentiva a vinda dos mesmos para Lagos. Recorda que a autarquia já se tinha negado a fazer uma parceria com Estado para a construção de uma unidade de saúde no concelho e que a Câmara já tinha contribuído para a construção da Esquadra da PSP com a cedência de um terreno. Por isso perguntou onde estava a mais valia da utilização do dito terreno por uma entidade privada. Perguntou quanto é que já tinha sido gasto com a reorganização da rede escolar e quanto faltava gastar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a parceria entre a Câmara e o Estado já estava feita há muito tempo, a partir do momento que a Câmara cedeu um terreno ao Estado para a construção da Esquadra da PSP. Disse que o trabalho mais fácil é bater à porta do lado que não pode fugir, considerando que a situação económica não é propícia ao lançamento desta derrama, assim como não é da responsabilidade da Câmara construir a Esquadra e no Orçamento há situações que podem ser corrigidas e serem canalizadas verbas para o que falta fazer em relação ao ordenamento da rede escolar.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) perguntou se não está perante um caso de dupla tributação, com o lançamento desta derrama. Perguntou se, no caso do Governo não avançar com a construção da Esquadra, qual vai ser a posição da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD, em momento algum, é contra a construção de uma Esquadra em Lagos, pelo contrário, mas o que acham é que o ano económico é mau para o lançamento de uma derrama. Ainda sobre a construção da Esquadra perguntou que maior alavancagem precisa o Governo quando já tem um terreno para a construir. Será que também querem o dinheiro para a construção? Disse que actualmente o PS tem a maioria absoluta na Assembleia da República, por isso, mesmo que haja outro Partido a votar contra a construção da Esquadra da PSP em Lagos, quem decide é o PS, não percebendo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

facto de, sendo o Governo PS, a Câmara PS e um terreno cedido para a construção da Esquadra, ainda nada ter sido feito. Disse que o Governo tinha feito um

Fl. 98

comunicado a informar que as cidades que tivessem duas forças de segurança, PSP e GNR, iam passar a ter uma só força policial, por isso perguntou o que é que vai ficar em Lagos, se a PSP ou a GNR e se for a GNR o que é que a Câmara vai fazer com esta verba. Considera que, antes de onerar os empresários do concelho, era bom esclarecer a situação da continuidade, ou não, da PSP em Lagos.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que é lógico que a Administração Local nunca se deve sobrepor à Administração Central, só que neste caso específico tem que se ver o que é que no final traz melhores benefícios para a população de Lagos. Disse que a construção de uma esquadra é um benefício próprio para os empresários, pelo que não se deve ver o pagamento da derrama sobre a colecta do IRC, que resulta dos valores declarados pelos empresários, daqueles que são os valores que os empresários declaram como uma despesa, mas sim como um investimento para eles próprios. Constata que o resultado final deste processo é favorável, pelo que é de louvar esta iniciativa da Câmara Municipal. Em relação ao encerramento de esquadras da PSP disse que no Algarve só está previsto o encerramento das de Tavira e Vila Real de Santo António.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) perguntou se o terreno inicialmente cedido para a construção da Esquadra da PSP ainda é da Câmara Municipal e se não o for se a Câmara já tem outro terreno para este efeito.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a o PSD tem mais informações do que o PS sobre este assunto e que a GNR em Lagos também tem falta de um Quartel em condições e não só. Em relação ao lançamento desta derrama disse que não é uma decisão fácil de tomar e ainda não sabe qual vai ser o seu sentido de voto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) em relação à votação na Assembleia da República sobre este assunto disse achar estranho o facto do PSD não ter votado em sintonia com a CDU. Disse que o objectivo do lançamento desta derrama está bem expresso e que o PS vai votar favoravelmente esta Proposta da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS já disse o porquê de ser favorável à Proposta da Câmara Municipal, uma vez que “os empresários de Lagos não pagam impostos, são vigaristas, ou só pagam aquilo que declaram, andam a roubar às pessoas” e então tem que ser construída uma esquadra para os prender. Acrescentou que a bancada do PS diz que os empresários de Lagos só pagam o que querem. Disse que o Governo PS está a estudar a possibilidade de eliminar uma das forças, GNR ou PSP das cidades e não concelhos, com menos de 20 mil habitantes, o que é o caso de Lagos. Perguntou onde é que vai ser construída a Esquadra e se não for no terreno já cedido para o efeito, qual vai ser o destino do mesmo.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que estava estupefacto com o que tinha dito o Sr. Hugo Pereira, porque insinuar que os empresários só pagam aquilo que querem e que, eventualmente, não pagam aquilo que deviam não cabe na cabeça de ninguém dizer isso na Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que as informações que a bancada do PSD tem sobre o encerramento de esquadras ou de quartéis de força de segurança, Fl. 98v.

são públicas e são aquelas que são divulgadas pelo Governo PS na comunicação social. Perguntou ao Sr. Hugo Pereira se aceitaria aprovar uma derrama sem saber qual o seu destino e solicitou um esclarecimento, ao mesmo, sobre a sua intervenção em relação à honestidade dos empresários de Lagos. Disse que o que está em causa nesta derrama é a finalidade da mesma.-----

-----O Sr. Carlos Pires (PS) disse que não se revia nas palavras proferidas pelo Sr. Hugo Pereira em relação aos empresários de Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há muitas Câmara que lançam derramas sem um objectivo definido. Informou que tanto o PS como o PSD votaram contra a verba destinada à esquadra para Lagos e para o estudo para novas instalações para a GNR em Lagos. Disse que a questão de fundo é sempre a mesma, ou seja, aquilo que compete ser feito pelo Governo deve ser reivindicado pela Autarquia e não se deve ceder.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que o Sr. Nuno Serafim afirmou que é contra a construção da Esquadra da PSP. Disse que é referido que é ilegal a Câmara construir a Esquadra, mas ninguém acha que é ilegal a Câmara ceder um terreno para tal, facto que considera correcto. Lamentou o facto de nenhum Governo, até hoje, ter ligado a este assunto. Louvou o Executivo Camarário por ter apresentado esta Proposta. Disse que quem vai pagar esta derrama são as empresas que têm lucros e têm sede em Lagos e há muitas empresas que estão a criar lucros em Lagos mas que não têm a sua sede no concelho, não contribuindo assim para a derrama. Disse ainda que cabe às pessoas que votarem contra o lançamento desta derrama, a responsabilidade de continuarmos a ter problemas com a segurança.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) esclareceu que não tinha dito que os empresários de Lagos eram ladrões, apenas disse que a derrama é paga pela colecta do IRC calculada com base nos valores declarados e existe a situação do não cumprimento dos deveres fiscais por parte de muitos empresários.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que nunca tinha afirmado que era contra a construção da Esquadra da PSP, antes pelo contrário. Afirmou que era contra a derrama para este fim específico, porque não é da competência da Câmara Municipal construir esquadras.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que já tinha percebido as tendências de voto dos Grupos e lamentava que as mesmas assentem em dificuldades interpretativas e em incorrecções. Disse que o lançamento de uma derrama pode ser feito sem que seja indicado qual o seu objectivo e há muitos concelhos que o fazem, acrescentando que na sua opinião, uma derrama deve ser lançada todos os anos. Informou que esta derrama é para ser lançada sobre a actividade do concelho e não sobre as empresas com sede no concelho. Disse que, se a CDU se governasse o concelho só lançava uma derrama em anos eleitorais ou então nunca lançava uma derrama, coisa que não acontece com muitos Presidentes de Câmara da CDU espalhados pelo País, o que é perfeitamente legal. Louvou o debate a que assistiu na Assembleia Municipal, esclarecendo que quem dá melhorias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

económicas no País, no corrente ano de 2005, é a União Europeia. Disse que todos os meios financeiros que o Executivo pode obter, vai utilizá-los em proveito do

Fl. 99

município, num amplo quadro de acções que estão previstas no Orçamento e no Plano que acabou de ser aprovado sem votos contra. Em relação à construção da Esquadra da PSP disse que apesar de alguns discursos apontarem para não concordarem com a construção da mesma, não acreditava que houvesse alguém que não quisesse que a nova Esquadra da PSP de Lagos fosse construída. Disse que Lagos não é uma cidade insegura mas todos os lacobrigenses desejam uma Esquadra nova porque isso é um símbolo da melhor qualidade de acção dos agentes da força de segurança. Informou que a Câmara já tinha dado o terreno para a construção, mas precisa fazer ainda mais para a mesma ser construída, apesar de não ser a Câmara a construir a Esquadra e não vê nenhuma ilegalidade nisso. Disse que o terreno cedido pela Câmara, para a construção da Esquadra da PSP, continua a ser do Estado e é para esse terreno que a Câmara está a orientar as suas diligências, mas se aparecer outra solução melhor a Câmara avançará para essa solução e a Assembleia Municipal será informada de tal. Disse ainda que todos os dias a Câmara substitui o Estado e não é isso que está em causa, mas sim construir, com os mecanismos permitidos, uma melhor qualidade de vida no concelho. Disse que desde que é Presidente da Câmara tem falado com todos os Governos sobre este assunto e o actual foi o que demonstrou mais interesse sobre o mesmo.-----

-----Posto isto passou-se à votação do **LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2005 PARA COBRANÇA EM 2006**, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	7	2	1	10

-----Assim, foi aprovada, por maioria, a proposta da Câmara Municipal de Lagos para o lançamento de uma Derrama sobre a colecta do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, a aplicar no ano económico de 2006, fixando a respectiva taxa em 10%, destinada a reforçar a capacidade financeira do Município, tendo em vista a conclusão do Programa Especial de Reordenamento da Rede de Escolas do Primeiro Ciclo e Pré-escolar (incluindo equipamento) e a possibilidade de ser negociada com o Estado a construção da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Lagos.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Eduardo Santana (IND): “Sobre a Proposta que foi agora aprovada pela maioria do PS, algo silenciosa, tenho a dizer que: a Câmara tem toda a legitimidade legal para propor o lançamento anual de uma derrama até ao limite de 10% sobre a colecta do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), contudo o aumento da carga fiscal a que as empresas e os cidadãos têm vindo a ser sujeitos, de há alguns anos a esta parte, IMI, IMT, IVA, tem provocado sérios constrangimentos à sua solvabilidade. A grave situação económica que o nosso País atravessa vem-se reflectindo de modo muito negativo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

na vida das empresas. Os pressupostos referidos no ponto 7 da Proposta “a incidência da derrama vai dar-se em clima de recuperação económica” não se Fl. 99v.

verificaram, antes pelo contrário, prevê-se mesmo alguma retracção da economia portuguesa. As empresas de alguns sectores da actividade económica do nosso concelho estão fortemente dependentes dos instrumentos de ordenamento do território que tardam a entrar em vigor, vindo a agravar ainda mais a sua situação financeira. Não se tem sentido da parte da autarquia um esforço de contenção nas suas despesas correntes, nomeadamente nos consecutivos aumentos anuais nas despesas com o pessoal, de modo a libertar mais meios para novos investimentos. Não compete aos empresários substituírem-se ao Estado financiando equipamentos públicos (Esquadra da PSP) para os quais já participaram directamente através da colecta de IRC, o que, a verificar-se, pressupõe uma dupla tributação. Assim entendo que, por não deverem ser as empresas a sacrificarem-se com o pagamento de mais impostos, quando a autarquia poderá e deverá conseguir outras fontes de financiamento alternativo, nomeadamente através da alienação de património, votei contra.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Que não haja dúvidas de que a bancada do PSD é a favor da construção de uma Esquadra da PSP se a mesma for custeada por quem de direito, ou seja, o Governo Central e muito me estranha que o Executivo e uma maioria Socialista, nesta Assembleia, venham aqui hoje com uma manobra de modo a obrigar os lacobrigenses a pagarem dos seus próprios bolsos uma conta que não é nossa e que a ser efectuada nos coloca como uma cidade de segunda. Porque é que o Governo Central constrói Esquadras noutras cidades e não em Lagos? Porque é que o que é oferecido a outros, nós, lacobrigenses, temos que pagar? Mas o mais grave é que os senhores ao quererem aprovar esta derrama demonstram um grau de autismo sobre a realidade da cidade, do concelho e do País onde todos vivemos. Em 2006, temos que reflectir que o imposto será pago, será liquidado em 2006, prevê-se para Portugal o pior crescimento da Europa e o maior deficit da União Europeia. Lagos registou na hotelaria, em 2005, um decréscimo da taxa de ocupação média anual, tendo a mesma ficado pelos 22%, enquanto outros concelhos registaram taxas superiores a 53,6%. Mas ainda que esqueçamos todas estas realidades, o que os senhores vão criar com a aprovação desta medida política, é uma fuga das empresas para outros concelhos com políticas fiscais mais favoráveis, senão vejamos, em Lagos a taxa de IRC, como noutros concelhos de Portugal, é de 25%, a derrama que foi aprovada pelos senhores cifra-se em 10%, se nós olharmos como exemplo, para o concelho da Vila do Bispo, encontramos uma situação ímpar, única e exclusiva para a qual devemos olhar com muita atenção, ao contrário do que aqui foi dito. No concelho da Vila do Bispo não há derramas e a taxa de IRC a aplicar às empresas é de 20%, ora qualquer empresa minimamente informada, das duas uma, ao constituir-se fixa a sede num concelho como o da Vila do Bispo, ou se já constituída transfere a sede, e meus senhores, vocês sabem tão bem como nós que hoje em dia os vínculos laborais tradicionais são substituídos por prestações de serviços e que a mobilidade do trabalhador e do próprio estabelecimento é uma realidade. Mas para além de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

todas as razões de natureza política e económica apresentadas temos a convicção que esta derrama é ilegal, do nosso ponto de vista, ou poderá preceder a uma

Fl. 100

ilegalidade, por violar o princípio da dupla tributação. Todas as empresas pagam o seu IRC, valores que são entregues ao Estado para custear as obrigações que este tem para com a população e entre ela a obrigação do Estado prestar, exercer, manter e fomentar a segurança dos cidadãos, nomeadamente com a construção de Esquadras da PSP. Ora tendo as empresas lacobrigenses já pago os seus impostos para o Estado cumprir com as suas obrigações é manifestamente abusivo vir agora a autarquia dizer “sim senhor já pagaram mas agora vão ter que pagar outra vez para cumprir com as obrigações que são contempladas no imposto que já anteriormente pagaram”. Por todas estas razões apresentadas somos contra o meio utilizado para alcançar este fim, logo votamos contra a Proposta do Executivo.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos votam contra o lançamento da derrama para 2006 por considerarem que: 1 - O lançamento desta derrama vem mais uma vez penalizar os pequenos comerciantes, industriais e agricultores do Concelho de Lagos, uma vez que as maiores empresas (construção civil, indústria hoteleira, Banca, Seguros, médias superfícies comerciais, etc.) têm as suas sedes fora do Concelho. 2 - Um dos objectivos da derrama prende-se com a construção da Esquadra da PSP, obra que não é da competência das autarquias, conforme o artº.13º da Lei nº159/99 (Quadro de transferência de atribuições e competências), mas sim do poder central que recentemente a inviabilizou em sede de discussão do OE/2006, sem que, até agora, se conheça qualquer tomada de posição por parte da Câmara sobre esta matéria.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por grupo político representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 2 de Janeiro de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 12 minutos da madrugada dia 30 de Dezembro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS
